

## Governadores temem efeitos da PEC Paralela da Previdência

Governadores de 11 estados querem que o Senado reveja alterações feitas pela Câmara dos Deputados na chamada PEC Paralela da Previdência. O portador do pedido dos governadores, Lúcio Alcântara, do Ceará, teme o caos financeiro nos estados.

Página 5

## Bezerra quer, na reforma, Orçamento mais realista

Eleito presidente da comissão temporária do Congresso que vai propor alterações no exame do Orçamento da União, o senador Fernando Bezerra pretende "quebrar vícios acumulados nos últimos anos". Segundo ele, é preciso tornar o Orçamento mais realista.

Página 4

## Aprovada punição para quem usa menor em crimes

Integrantes de quadrilhas que usam na prática de crimes menores de idade – que não se sujeitam às punições previstas na lei penal comum – estão na mira de projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça. A proposta ainda será examinada pelo Plenário.

Página 7



ENTENDIMENTO Relatora do projeto, Ideli Salvatti (à direita, ao microfone) acolhe sugestões de emendas de parlamentares da oposição

# Senadores aprovam MP do Microcrédito

Depois de muita negociação, Plenário vota, com emendas, a proposta do Executivo. Oposição aceita compromisso do governo de continuar o debate sobre melhor forma de financiar pequenos empreendedores

Página 3

## Comissão denuncia consórcio do crime no Pará

"Crônica abstenção do Estado" em prover serviços básicos de segurança é a causa mais importante da situação de conflito, segundo relatório



CONCLUSÃO Renan Calheiros (ao centro, entre Ana Júlia e Demostenes) recebe documento aprovado pela comissão

Há fortes indícios da existência, no Pará, de um consórcio para o assassinato de trabalhadores rurais e colonos. Essa conclusão é do relatório do senador Demostenes Torres, aprovado ontem pela comissão externa que acompanhou as investigações sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang. O relatório foi entregue ao presidente do Senado, Renan Calheiros. "A polícia local é uma das grandes incentivadoras da violência na região", afirmou a senadora Ana Júlia Carepa, presidente da comissão.

Página 6



**CAOS** Segundo Raupp, estradas federais em Rondônia se encontram em situação de "calamidade"

## Raupp faz apelo por mais recursos para rodovias

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez apelo ao governo para que sejam liberados mais de R\$ 4 bilhões contingenciados no orçamento do Ministério dos Transportes. Os recursos fazem parte dos R\$ 9 bilhões originalmente previstos para obras de construção e restauração de rodovias federais em todo o país em 2005.

O senador disse ter percorrido mais de mil quilômetros de estradas federais em Rondônia no fim de semana e frisou que a situação é de calamidade, com perdas de vidas humanas e prejuízos para os proprietários de caminhões, empresas de ônibus e particulares.

Raupp reclamou especialmente do estado precário da BR-364, por onde é exportada a soja de Mato Grosso e de Rondônia. Merecem ainda obras urgentes, segundo ele, as passagens urbanas de Jarú, Vilhena, Pimenta Bueno, Presidente Médici, Ouro Preto, Ji-Paraná e Guajará-Mirim, além das BRs 425 e 429. Segundo o senador, o ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, vem desenvolvendo um bom trabalho, mas pegou uma herança de obras malfeitas que dificulta qualquer iniciativa.

# Capiberibe quer regras para uso de florestas

■ Senador diz que a regulamentação é vital para garantir a sustentabilidade das áreas florestais

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei que regulamenta a gestão auto-sustentada das florestas públicas. Enviada à Câmara pelo Poder Executivo, em fevereiro, a matéria propõe regras para o uso sustentável de áreas florestais de domínio da União, dos estados e dos municípios.

A proposta (PLS 4.776/05) também cria o Serviço Flo-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**DESASTRE** Capiberibe lembra que 25 mil quilômetros quadrados de florestas são desmatados por ano

restal Brasileiro (SFB), para regular a gestão das florestas públicas, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), destinado a fomentar o desenvolvimento tecnológico

dessas áreas.

– Pela primeira vez na história da Amazônia, teremos uma definição de uso econômico dos produtos de nossas florestas – comemorou.

Capiberibe pediu urgência para a aprovação da matéria, destacando a importância de garantir a soberania, a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico desses ecossistemas. Segundo ele, cerca de 25 mil quilômetros quadrados de florestas são desmatados anualmente no país.

– A indefinição sobre o destino econômico das florestas tem provocado sua conversão sistemática em áreas de monocultura e pastagens – denunciou.



**DIALOGO** Fátima Cleide afirma que comissão mediadora conseguiu desocupar 19 áreas, sem violência

## Fátima Cleide elogia solução de conflitos em RO

A comissão mediadora de conflitos agrários em Rondônia recebeu elogios da senadora Fátima Cleide (PT-RO) por conseguir sustar o despejo de 128 famílias ocupantes de área no município de Alto Alegre dos Parecis. Segundo ela, a decisão ficará adiada por 75 dias, prazo que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) terá para decidir se desapropria a terra, para fins de assentamento.

A comissão, enfatizou a senadora, procura solucionar os conflitos agrários pela via do diálogo e já conseguiu desocupar 19 áreas, sem violência ou ônus para o poder público.

## Agenda

### MPs do Biodiesel e dos documentos sigilosos trancam pauta

A sessão de hoje, às 14h, está com a pauta trancada por duas medidas provisórias: a que disciplina a produção e o comércio de biodiesel (PLV 2/05) e a que regula-

menta o acesso do público a documentos sigilosos (PLV 3/05). As matérias precisam ser votadas para que outras propostas sejam incluídas na ordem do dia.



### Renan celebra protocolo com José Alencar

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 10h, o ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar (foto), para assinar protocolo de cooperação entre as duas instituições. Às 10h30, reúne-se com a Mesa diretora; às 12h, participa da gravação do programa do PMDB; às 12h30, tem audiência com o deputado alagoano Ronaldo Lopes; e, às 15h30, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto.

### Atividades de Inteligência

A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência vota, em reunião marcada para as 15h, requerimentos solicitando audiências. Às 9h, a comissão mista sobre a reestruturação do processo orçamentário promove reunião administrativa.

### Indicações para embaixadas

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota mensagens sobre a indicação de diplomatas para a chefia das missões diplomáticas brasileiras no Reino do Lesoto, em Botsuana e na República de Vanuatu.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**INDIGNAÇÃO** Para Motta, a venda de passagens aéreas acima do número de assentos é "desonestidade"

## Motta critica a prática do overbooking

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) criticou a prática das companhias aéreas de vender passagens acima da capacidade das aeronaves (*overbooking*). Na sua opinião, o ato caracteriza "desonestidade".

– Vivemos uma situação vergonhosa. Tenho sido procurado por usuários, todos reclamando do problema.

Motta exigiu providências e sugeriu licitações para novas linhas. Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que a solução depende do Congresso, que precisa aprovar o projeto da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## ORDEM DO DIA

Relatora destaca que, para garantir votação, governo firmou compromisso com a oposição de continuar no Senado e na Câmara o debate em torno da melhor forma de financiar os pequenos empreendedores

# Senadores aprovam MP do Microcrédito

O Plenário do Senado aprovou na noite de ontem, com emendas, o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que cria o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. A relatora da matéria, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), informou que o acordo com a oposição, para a votação do projeto, foi firmado com o compromisso do governo de continuar o debate em torno da melhor forma de financiar os pequenos empreendedores.

Esse debate será feito na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e na Câmara dos Deputados, que deverá reexaminar o projeto



Fotos: Rosswelt/Pimheiro

**NEGOCIAÇÃO** Ideli acolheu emendas de opositores ao projeto de conversão

de conversão (PLV 1/05) da Medida Provisória 226/04, em razão das alterações feitas pelos senadores. A CAE realizará discussões com dirigentes de instituições que operam alguma forma de microcrédito, como o Banco Postal (associação

do Banco Bradesco com os Correios), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco Popular do Brasil e a Microinvest (controlada pela Fininvest).

Além de firmar esse compromisso, a relatora acolheu sugestões de emendas de senadores da oposição, entre eles Tasso Jereissati (PSDB-CE), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e José Agripino (PFL-RN). No total, a relatora adicionou sete emendas ao projeto, que cria o programa e disponibiliza recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e das reservas que os bancos mantêm no Banco Central na forma de recolhimento compulsório sobre os depósitos à

vista, num total estimado inicialmente em R\$ 1 bilhão.

## Cooperativas

A Emenda 1 acrescentou entre os agentes autorizados a operar com microcrédito os bancos cooperativos e as centrais de cooperativas de crédito. Do PLV constavam os bancos oficiais (com recursos do FAT), os privados (com reservas bancárias), as cooperativas singulares de crédito, agências de fomento, sociedades de crédito ao microempreendedor e as organizações da sociedade civil.

Por meio da Emenda 2, fica estabelecido que as instituições financeiras oficiais e privadas atu-

arão no programa por intermédio das entidades de microcrédito produtivo, na forma de repasse e recursos, mandato ou aquisição de operações de crédito já contratadas. Essas últimas foram criticadas por opositores, entre os quais José Agripino, por temerem a utilização de dinheiro do FAT em operações de retorno duvidoso, a despeito dos controles criados pela relatora.

Por sugestão de Jereissati, foi acolhida a Emenda 3, que trata da prioridade aos segmentos de baixa renda na concessão do microcrédito e das exigências feitas às instituições que irão trabalhar no segmento

como cadastro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

A Emenda 4 autoriza a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos financiamentos com recursos do FAT, enquanto a Emenda 5 autoriza a contratação de microcrédito com a garantia do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger). Já a Emenda 6 trata de ajuste de legislação e a 7 autoriza a União a conceder cobertura do Seguro da Agricultura Familiar (Proagro) a agricultores que não tenham comunicado ao agente financeiro mudança de cultura, em razão de calamidade ou de emergência em função de seca.



**DISTORÇÃO** Jereissati nota que BPB dedicou-se ao crédito popular, em vez da produção



**PREJUÍZO** Segundo Agripino, banco gastou R\$ 25 milhões só em propaganda



**ANÁLISE** Simon considera escândalo microcrédito ser tratado por meio de MP



**DESEMPENHO** Instituição atendeu a 3,5 milhões de brasileiros, diz Mercadante



**AVALIAÇÃO** Maguito defende governo e questiona a razão das críticas ao Executivo



**MÉRITO** Conforme Saturnino, medida contribuirá com a formação empresarial

## Oposição e governo travam debate de mais de cinco horas

Durante mais de cinco horas de debate em torno do projeto de conversão da MP do Microcrédito, senadores da base governista e da oposição se revezaram na tribuna para analisar o programa que deve levar crédito a pequenos e microempreendedores.

Para Tasso Jereissati (PSDB-CE), as operações de microcrédito já deveriam estar sendo realizadas por meio do Banco Popular do Brasil (BPB). O problema, disse, é que em vez de financiar a pequena produção, a entidade dedicou-se ao crédito popular ao consumidor, a exemplo das lojas de varejo. Assim como outros opositores, Jereissati também

criticou o governo por legislar sobre a matéria na forma de MP.

O líder do PFL, José Agripino (RN), declarou voto favorável, mas questionou a capacidade administrativa do governo. Ele classificou o BPB de "um fracasso". Segundo o senador, o banco, criado para emprestar dinheiro ao pequeno comerciante, preferiu aplicar no mercado financeiro, gastou R\$ 25 milhões com publicidade e hoje acumula prejuízo de R\$ 40 milhões.

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) também disse temer que o microcrédito seja apenas uma "peça publicitária". A seu ver, é necessário que o Senado fiscalize a sua efe-

tiva implementação.

Ao declarar sua aprovação ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ponderou que toda iniciativa que tem como objetivo apoiar os microempresários deve ser recebida com entusiasmo.

Pedro Simon (PMDB-RS) foi aplaudido ao classificar de escândalo o fato de a questão do microcrédito ser tratada por meio de MP. Ele afirmou que o assunto deveria ser estudado "a quatro mãos" entre Executivo e Legislativo.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) desafiou o governo a retirar a MP do Microcrédito. "Essa

materia é imoral, não é relevante nem urgente", sentenciou.

Mão Santa (PMDB-PI) criticou o excesso de propaganda do programa de microcrédito do governo. César Borges (PFL-BA) se disse preocupado com a capacidade de o governo gerenciar o microcrédito.

Maguito Vilela (PMDB-GO) também defendeu o governo e questionou a razão dos que criticam o Executivo. Declarando voto favorável, Hélio Costa (PMDB-MG) assinalou que a matéria tem relevância e urgência.

Na opinião de Eduardo Suplicy (PT-SP), as contribuições que a oposição ofereceu à discussão da MP foram de fundamen-

tal importância.

De acordo com a relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), o programa de microcrédito é essencial para a ampliação da atividade produtiva dos segmentos de baixa renda da população brasileira e as emendas acolhidas ampliam as possibilidades de acesso e os controles para a proteção dos recursos públicos.

Em suas críticas, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), ressaltou que "o Programa Primeiro Emprego não funcionou e esse BPB é um engodo".

Segundo Roberto Saturnino (PT-RJ), a medida contribuirá significativamente com a formação e educação empresarial para o desenvolvimento,

de maneira nunca vista no governo anterior.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) rebateu as críticas ao BPB, destacando que o principal papel cumprido pela instituição foi ter permitido acesso ao sistema bancário a 3,5 milhões de brasileiros.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) observou para a necessidade de descentralização e simplificação do programa, além de clareza na concessão de subsídios, rapidez no crédito.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacou os méritos da proposição, mas lembrou as dificuldades do BPB e advertiu para a possibilidade de baixa participação dos bancos privados.

# Comissão que vai mudar Orçamento inicia trabalho

■ Fernando Bezerra é eleito presidente; Pedro Novais é o vice e Ricardo Barros, o relator

Eleito por aclamação presidente da comissão temporária do Congresso que vai propor alterações na discussão e votação do Orçamento, o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) sugeriu que deputados e senadores se concentrem no debate sobre a qualidade das ações e dos projetos do Orçamento federal. Hoje, ponderou, o Congresso se limita a discutir números e a apresentar emendas.

Também por aclamação, foi eleito vice-presidente o deputado Pedro Novais (PMDB-MA) e relator, o deputado Ricardo Barros (PP-PR). A primeira reunião de trabalho está marcada para as 21h de hoje, quando serão discutidas sugestões de mudanças apresentadas pelos técnicos das consultorias de



**SUGESTÕES** Fernando Bezerra sugere que Congresso acabe com as emendas de bancadas

Orçamento das duas Casas e pelo ex-presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado licenciado Paulo Bernardo (PT-PR), nomeado na semana passada ministro do Planejamento.

## Orçamento impositivo

A comissão, integrada por 11 deputados e 11 senadores, tem prazo até 28 de abril para apresentar suas sugestões aos presidentes do Senado e da Câmara. Fernando Bezerra sustentou que a comissão não

deverá entrar na discussão se o orçamento deve ou não ser de cumprimento obrigatório (orçamento impositivo).

– Isso já está sendo debatido com a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães – opinou Bezerra. Ele acha que o grupo de trabalho deverá colocar suas sugestões em um projeto que irá substituir a Resolução 1/01. Ele disse ainda que pretende sugerir mudanças na legislação para que o governo envie o projeto de orçamento mais cedo ao Congresso – o prazo atual é 31 de agosto – a fim de que os parlamentares tenham mais tempo para discuti-lo. O senador defenderá também que todas as obras inacabadas, mas que sejam consideradas importantes, recebam todo ano verbas orçamentárias, até sua conclusão. Ele também acha que o Congresso deve acabar com as emendas de bancadas, permanecendo apenas as individuais de parlamentares e, com limitações, as de comissões.

## Virgílio: governo aumenta Imposto de Renda

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), classificou ontem como falsa a afirmação do governo Luiz Inácio Lula da Silva de que a correção progressiva da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física constitui uma forma de renúncia de receitas e que só poderia ser adotada com a definição de novas fontes de recursos.

Conforme explicou o senador, o índice de 10% admitido pela Medida Provisória 232, matéria que o governo agora luta para derrubar na Câmara dos Deputados, é bem inferior à inflação acumulada na “primeira metade do governo”, de 18%.

Recorrendo a números conti-



**PREJUÍZOS** Para Arthur Virgílio, congelamento da tabela aumenta carga tributária em quase 12%

dos no relatório final do Orçamento da União de 2005, cujo relator foi o senador Romero Jucá, nomeado ministro da Previdência Social, Arthur Virgílio disse que o comprometimento

de recursos para a correção da tabela, da ordem de R\$ 1,95 bilhão, já estava previsto.

Para o senador amazonense, a não-correção da tabela do Imposto de Renda está se convertendo em um aumento significativo da carga tributária, de quase 12%, para o contribuinte.

Em seu discurso, o líder do PSDB elogiou o comportamento de independência demonstrado pela Câmara dos Deputados em relação a assuntos tributários, como já teria acontecido no Senado Federal.

– Nem 1% a mais de carga tributária no país. O governo deve gastar menos e melhor – assinalou o senador.

## Garibaldi aplaude fim do acordo com FMI e solidez da economia

Ao comemorar o fato de o Brasil não ter renovado acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) concordou com a disposição do governo, anunciada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, em reunião na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de manter as contas

públicas ajustadas. Ele também aplaudiu a situação da economia do país.

– Os números indicam que os fundamentos da economia nunca estiveram tão sólidos no que diz respeito ao risco Brasil, na relação produto interno bruto (PIB) versus dívida pública e à própria dívida externa. Apesar do avanço, no entanto, não se



**VISITA** Vice-presidente do Senado, Tião Viana (E) conversa sobre relações entre Brasil e Alemanha com os deputados Michael Glos e Christian Ruck

## Tião Viana recebe deputados opositoristas da Alemanha

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, recebeu ontem os deputados Michael Glos, primeiro vice-líder do bloco de oposição ao governo do chanceler Gerhard Schröder no Parlamento alemão, e Christian Ruck, porta-voz para Assuntos Políticos e Desenvolvimento da bancada opositorista, que

visitam o Brasil.

Os dois parlamentares atuam no Bundestag, a assembléia federal alemã, e pertencem ao bloco formado pela União Social Cristã (CSU) e a União Democrata Cristã (CDU). Eles são representantes da Baviera e filiados ao grupo conservador da política alemã.

## Jefferson condena reforma e comportamento de Severino

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) lamentou ontem que a reforma ministerial prometida pelo presidente Lula tenha se limitado à exoneração do senador Amir Lando (PMDB-RO) do Ministério da Previdência Social. O parlamentar disse desconhecer o motivo pelo qual seu colega perdeu o cargo.

– Por que ele foi exonerado? Ele era incompetente? Cometeu deslizos? – perguntou o senador.

Na opinião dele, quando o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, deu o que chamou de ultimato ao presidente Lula para colocar “seu afilhado político” no cargo de ministro das Comunicações, Lula deveria ter excluído o partido de Severino da reforma, e não decretado o fim das mudanças, como fez. Para o senador, o fato de o deputado ter se gabado



**CRÍTICAS** Jefferson avisa que empregar parentes fere o decoro parlamentar, referindo-se a Severino

por ter empregado parentes fere o decoro parlamentar e, por isso, seria caso até de *impeachment*.

O senador chegou a dizer que “atitudes atípicas”, como as de Severino, o fazem chegar a considerar a possibilidade de abandonar a carreira política. Ele lamentou que a vida política passe por momentos tão melancólicos.



**AJUSTES** Garibaldi afirma que ainda existem muitos desafios, como a redução da taxa de juros

pode acreditar que o país resolveu finalmente seus problemas na área econômica.

O senador avaliou que ainda existem muitos desafios, como reduzir a taxa básica de juros e acabar com o déficit da Previdência.

O senador César Borges (PFL-BA) disse que o governo vive uma grande contradição.

– Ao mesmo tempo que impõe ao país um rigoroso arrocho fiscal, o governo amplia gastos com atividades não essenciais – ressaltou. O senador afirmou que apenas com passagens aéreas, hospedagens e pagamento de diárias os gastos da União chegaram a R\$ 1,2 bilhão em 2004, valor superior ao investido em educação.



**BALANÇO** Miranda fala do período em que substituiu Gilberto Mestrinho

## Gilberto Miranda destaca trabalho sobre bingos

Ao fazer um balanço do período em que substituiu o titular Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), o senador Gilberto Miranda (PFL-AM) registrou que apresentou sete propostas legislativas, entre as quais quatro projetos de lei e três emendas constitucionais. Ele destacou especialmente o trabalho que realizou sobre a legislação mundial relativa aos bingos.

– Concluí o trabalho no prazo recorde de dois meses. O material, com cerca de 5 mil páginas, é a melhor contribuição que poderia dar a assunto de tamanho impacto social.



**IGUALDADE** Segundo Paulo Paim, verbas do Ministério das Cidades não privilegiam o Sul

## Paim aplaude atuação de Olívio Dutra

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a atuação do ex-governador gaúcho Olívio Dutra à frente do Ministério das Cidades.

– Olívio Dutra e toda a sua equipe têm se dedicado com competência à missão de garantir à população moradia digna, água tratada, transporte e coleta de esgoto e lixo.

O senador afirmou que foram gastos R\$ 6,1 bilhões na área de saneamento ambiental: 34% no Nordeste, 36% no Sudeste, 11% no Centro-Oeste, 11% no Sul e 8% no Norte. Isso, argumentou o parlamentar, comprova que o ministro não tem privilegiado a região Sul.

# Fidelidade já é consenso para reforma política

■ Quatro maiores partidos também concordam sobre cláusula de barreira e lista fechada mista

Os quatro maiores partidos com representação no Congresso Nacional – PMDB, PT, PFL e PSDB – chegaram a um consenso em torno de três pontos da reforma política: a mudança regimental que garanta a fidelidade partidária em relação ao resultado da eleição; a manutenção da cláusula de barreira com a criação de uma federação de partidos; e a votação em lista fechada mista de candidatos, nas eleições de 2008.

O consenso foi alcançado ontem, em reunião organizada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com os presidentes do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC); do PSDB, senador Eduardo Azeredo (MG); do PT, José Genoíno; e do PMDB, deputado Michel Temer (SP), além do senador Marco Maciel (PFL-PE) e do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, Antônio

Carlos Biscaia (RJ).

Eduardo Azeredo afirmou que a verticalização – obrigação de se manter nos estados a coligação feita para a chapa do candidato à Presidência da República – não alcançou acordo para votação, mas tem consenso para ser colocada em debate. “Para entrar em vigor, a partir de 2008, há consenso de votação para a lista fechada mista de candidatos, o financiamento público de campanha e o fim das coligações proporcionais”, explicou.

Opositor da verticalização durante o governo Fernando Henrique, o PT agora apóia sua manutenção. José Genoíno

defendeu a verticalização nas eleições para governador, senador e deputado federal.

Renan sugeriu o fatiamento da reforma política. Ele também defendeu a criação de condições com o objetivo de fortalecer a fidelidade partidária e para que ela represente a vontade do eleitor. “Se não fizermos isso, vamos colaborar com esse sentimento de que os partidos são albergues de conveniência, muitas vezes com interesses inconfessáveis. Os partidos não podem ser legendas de aluguel”, assinalou. Ele disse que dará continuidade às conversas que vem mantendo com todos os partidos.



**AVANÇO** Encontro no gabinete da Presidência do Senado reuniu (da esquerda para a direita) Biscaia, Maciel, Bornhausen, Temer, Azeredo, Renan e Genoíno

## Governadores querem a PEC Paralela original

O governador do Ceará, Lúcio Alcântara, entregou ontem ao presidente do Senado ofício assinado por mais 11 governadores solicitando que o Senado reveja as modificações feitas pela Câmara na chamada PEC Paralela da Previdência. A principal delas é a que equipara o valor do salário de delegados de polícia, advogados e agentes fiscais tributários dos estados e do Distrito Federal ao salário de ministros do Supremo Tribunal Federal, sem apontar qual seria a fonte de receita, o que inviabiliza o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Renan Calheiros afirmou que o Senado vai cumprir seu papel: “Não dá mais para pendurar fatura irresponsável de perdulário”. Ele assinalou que o Senado está de olho no equilíbrio fiscal e não vai colaborar com a escalada de gastos sem uma correta aplicação.

Após o encontro, Lúcio Alcântara disse que a PEC Paralela precisa voltar ao texto aprovado pelo Senado. “A PEC, do modo como foi aprovada na Câmara, é inadmissível, porque significa a inviabilidade dos estados. Seria o caos financeiro, econômico e administrativo.”

O governador admitiu ainda ser compreensível que as pessoas queiram ganhar mais, mas explicou que os estados não podem pagar com aquilo que não têm. Ele anunciou que o Conselho Nacional de Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), formado pelos secretários de Administração estaduais, vai se reunir hoje, em Mato Grosso, com representantes do Ministério da Previdência para quantificar os custos decorrentes das alterações aprovadas pela Câmara.

## Em defesa de mais recursos para o Exército

O presidente do Senado disse ontem, ao ser condecorado com a Ordem do Mérito Militar pelo Comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, que o Exército precisa de recursos para se modernizar e ter condições tecnológicas e operacionais para defender as fronteiras brasileiras e combater o narcotráfico e os piratas da biodiversidade.

Durante a cerimônia, realizada no Quartel-General do Exército, Renan Calheiros recebeu a insígnia correspondente ao grau de Grande Oficial e destacou o papel da força terrestre, que, depois de ter participado de todos os episódios de formação da nação brasileira, a partir do século 20 passou a desempenhar tarefas sociais, levando a presença do Estado às áreas mais remotas do país.

O senador lembrou que a atuação do Exército na garantia da segurança pública só deve acontecer em “ocasiões especialíssimas”, por estar fora das atribuições normais da instituição, e ressaltou a importância e a “grande responsabilidade” assumida com o envio de tropas para executar a missão de paz da ONU no Haiti.

O comandante do Exército explicou que a condecoração é originária da antiga ordem portuguesa de São Bento de Aviz, sendo concedida pelo Exército brasileiro a personalidades que se destacam pelos serviços prestados ao país. O general Albuquerque afirmou que Renan, antes de presidir o Senado, já havia se destacado como parlamentar e também por sua gestão à frente do Ministério da Justiça, demonstrando “grande capacidade de trabalho e liderança”.



**POLÊMICA** Tuma admite que proposta de mudança enfrenta oposição dos governadores

## Tuma defende benefício para delegados

Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a inserção da carreira de delegado de polícia no rol das carreiras jurídicas do serviço público. O senador justifica a adoção da medida argumentando que a própria Constituição estabelece a formação em Direito como pré-requisito aos candidatos ao cargo.

Tuma admitiu a polêmica em torno da proposta, suscitada principalmente entre os governadores. A preocupação de Tuma foi endossada por Amir Lando (PMDB-RO), Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena (PSOL-AL).



**CRITÉRIOS** Heloísa Helena requer informação do ministro de Comunicação de Governo

## Heloísa critica demissões na Radiobrás

A Radiobrás vai ter de prestar informações sobre a sua política de comunicação e os critérios que vem utilizando para demitir antigos funcionários. Requerimento nesse sentido, endereçado ao ministro da Secretaria de Comunicação de Governo, Luiz Gushiken, foi apresentado ontem por Heloísa Helena (PSOL-AL).

A senadora fez constar nos Anais do Senado documento de funcionários denunciando uso político da instituição e prática de empreguismo. Heloísa disse que muitos trabalhadores, às vésperas de obter a aposentadoria, estão sendo demitidos sem nenhuma razão objetiva.

# Dorothy Stang: relatório aponta "crônica abstenção do Estado"

■ Documento diz que existe consórcio para assassinato de trabalhadores rurais e colonos da região

A prisão de quatro acusados de matar a missionária norte-americana Dorothy Stang, em Anapu (PA), não significa a solução do crime, pois há fortes indícios de que existe, na região, consórcio para o assassinato de trabalhadores rurais e colonos. A conclusão é do relatório de comissão externa criada pelo Senado para acompanhar as investigações. Elaborado por Demostenes Torres (PFL-GO), o texto de 43 páginas foi aprovado ontem pelos senadores que integram o colegiado.

A ação policial que resultou na prisão dos executores e de um mandante, segundo o documento, não implica a descoberta de toda a cadeia



**CONCLUSÃO** Demostenes, ao lado de Ana Júlia, afirma que nem mesmo a prisão dos quatro acusados de matar a freira significa a solução para o crime

de mandantes e de uma rede de suporte às atividades criminosas contra a preservação da floresta.

## Abstenção

O relatório aponta como causa mais importante dos problemas a "crônica abstenção do Estado" em prover serviços básicos de segurança para as pessoas e os bens públicos.

Entre as sugestões para resolver os conflitos, está a instalação de delegacia da Polícia Federal em Altamira (PA).

"A polícia local é uma das grandes incentivadoras da violência naquela região", disse a presidente da comissão, Ana Júlia Carepa (PT-PA). A senadora acusou a polícia local de omissão e até de conivência,

por acompanhar fazendeiros e grileiros em suas ações. Ana Júlia atribuiu a violência também a setores que não desejam a regularização de terras.

## Punição

O documento, que resultou de 40 dias de investigação, inclusive com diligências a Anapu, foi entregue pela senadora ao presidente do Senado, Renan Calheiros. "O Senado ajudou na mobilização para que esse crime fosse esclarecido; agora, os assassinos precisam ser exemplarmente punidos e as investigações precisam ter continuidade para que isso não volte a acontecer e para que saibamos toda a extensão dessa rede", afirmou.

Renan Calheiros informou que encaminhará ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao governador do Pará, Simão Jatene, todas as recomendações da comissão. Já Ana Júlia assegurou que o relatório será entregue também ao Ministério Público Federal.



**FRONTEIRA** Para Alvaro Dias, aperto na fiscalização de contrabando teria originado o problema

## Alvaro: expulsão de brasileiros é represália

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) informou que proporá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a realização de audiência pública, em caráter emergencial, na cidade de Foz do Iguaçu (PR), para debater a situação dos brasileiros que foram expulsos de Ciudad del Este, no Paraguai, na terça-feira. Para ele, a expulsão se deu em represália ao aperto na fiscalização pela Receita Federal do Brasil de mercadorias contrabandeadas do Paraguai.

Alvaro Dias acredita que a audiência pública poderá chegar a um acordo que dê segurança às famílias dos brasileiros que trabalham no Paraguai.

– São cerca de 10 mil negociantes que têm investimentos e propriedades naquele país – estimou.

Ele sugeriu que sejam convidados para a reunião o embaixador brasileiro no Paraguai, Valter Pecly Moreira; o prefeito da cidade de Foz do Iguaçu, Paulo Mac Donald Ghisi (PDT); o intendente (prefeito) de Ciudad del Este, Javier Zacarias; e representantes diplomáticos do governo paraguaio, para negociar uma solução para o impasse.

O senador paranaense também criticou a atuação da diplomacia brasileira na crise.

– O Itamaraty tem sido mais do que tímido, tem sido ausente no tocante a esse problema – disse o parlamentar.

## Falta de recursos pode prejudicar 115 mil famílias

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, disse ontem, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que o corte de R\$ 2 bilhões no orçamento de sua pasta vai impedir o cumprimento da meta de assentar 115 mil famílias neste ano. Somente um quarto do que foi realizado no ano passado poderá ser executado com as verbas disponíveis com o novo orçamento, advertiu.

O presidente da CRA, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi o primeiro a perguntar ao ministro Rosseto sobre os efeitos do contingenciamento das verbas do Orçamento da União nos programas de desenvolvimento agrário. Quanto aos investimentos do ministério

no Pará, o ministro respondeu que o MDA realizou uma reprogramação financeira, retirando recursos de outros estados para aplicar em áreas prioritárias da Amazônia.

Rosseto afirmou que o Exército vai participar do programa de geocadastramento de terras na Amazônia. A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que a regularização da ocupação das terras na região exige participação integrada de vários órgãos e esferas do governo.

Para mostrar a importância dos investimentos na infraestrutura no Pará, Ana Júlia ressaltou que certos assentamentos no estado foram instalados sem estradas apropriadas, em governos passados, no interior da mata, a 100 quilômetros de



**COLABORAÇÃO** Miguel Rosseto destaca que Exército brasileiro vai participar do programa de geocadastramento de terras na Amazônia

distância de um centro urbano. Esses assentamentos, segundo ela, carecem também de postos de saúde, escolas e assistência técnica. Rosseto disse que a

assistência técnica, hoje, está sendo feita em convênios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com os governos dos estados.



**DIFICULDADES** Eduardo observa que a exigência de fiador para o Fies exclui um grande número de alunos

## Eduardo pede aprovação de projetos que beneficiam estudante

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu ontem a discussão e aprovação pelo Senado de projetos de sua autoria que beneficiam os estudantes, como o que retira a exigência de fiador para aqueles que se inscreverem no Programa de Financiamento

Estudantil (Fies); o que determina o financiamento de cursos estudantis pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e o que possibilita a amortização da dívida com serviços de cunho social.

O senador disse que sempre

atuou no sentido de facilitar a vida dos estudantes, lembrando sua luta contra a exigência da inscrição no Fies pela Internet, que considera restritiva devido à exclusão digital no país. A exigência de fiador, explicou, também elimina um grande número de estudantes.

Eduardo disse que seu estado, o Tocantins, conta hoje com uma universidade federal e vários centros de ensino, mas lamentou que o Programa Universidade para Todos (ProUni), criado pelo governo federal, esteja "longe de atender" à demanda dos alunos carentes.

## Identificação do corretor de imóvel

Projeto de lei da Câmara dos Deputados que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A identificação do corretor deverá conter endereço do intermediário, número no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou Jurídica (CNPJ) e no Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci), além do valor recebido como honorários.

O relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), informou que a exigência de que conste na transação o valor pago ao corretor afasta eventuais incorreções fiscais. Conforme o parecer, por Sérgio Cabral (PMDB-RJ), a proposição (PLC 38/04) responde satisfatoriamente à demanda social.

Projeto (PLS 485/99) de Pedro Simon (PMDB-RS) que cria a Secretaria Federal de Controle Interno foi retirado da pauta para ser estudado. O relator, Rodolpho Tourinho (PFL-BA), argumentou que o Poder Executivo transformou a Corregedoria Geral da União em Controladoria Geral da União, que possui atribuições para realizar essa fiscalização. Simon, no entanto, considera que a função não está sendo exercida.

## Plebiscito sobre a Guanabara

No próximo dia 13 de abril, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania deverá examinar a possibilidade de realização de plebiscito em todo o país para consultar a população sobre temas variados: adoção do financiamento público de campanhas, fim do voto eleitoral obrigatório e reeleição de chefes do Executivo – presidente da República, governadores e prefeitos. O assunto é objeto de projeto de decreto legislativo (PDS 1.494/04) de Gerson Camata (PMDB-ES).

A recriação do estado da Guanabara na área do município do Rio de Janeiro poderá ser incluída, devendo a consulta ficar restrita à população local. A proposta está contida em substitutivo do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM). Jefferson disse ser importante resgatar uma dívida histórica com a população do município do Rio de Janeiro (antigo estado da Guanabara), que, como ressaltou, “não foi consultada por ocasião da fusão dos dois estados em 1974”.

O projeto de Camata inclui ainda consulta sobre legalização do aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, fim do serviço militar obrigatório e redução da maioria penal. A proposta fixa o plebiscito no primeiro domingo de outubro deste ano.

# Uso de menores em crime pode ser punido com rigor

Conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça, pena pode chegar a 15 anos de reclusão

A utilização de menores na prática de crimes poderá resultar para o infrator em pena de reclusão de quatro a 15 anos, conforme estabelece projeto de lei de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

– Há quadrilhas que envolvem crianças e adolescentes em razão da imputabilidade da legislação. Essas quadrilhas estão trazendo de forma progressiva e preocupante menores que muitas vezes assumem a autoria dos crimes para proteger os adultos, seus aliciadores – argumenta Mercadante

A proposta (PLS 118/03), que recebeu parecer favorável de

Cátio Azevedo



**ARTIFÍCIO** Mercadante diz na CCJ que quadrilhas cada vez mais utilizam jovens e adolescentes, os quais muitas vezes assumem a autoria do delito

César Borges (PFL-BA), com emendas, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente e prevê essa punição para quem utilizar, induzir, instigar ou auxiliar menor a praticar ou participar de crime de homicídio, lesão corporal de natureza grave ou seguida de morte, furto, extorsão mediante seqüestro, tráfico de entorpecentes, entre outros.

Mercadante disse esperar que a matéria seja examinada com urgência pelo Congresso.

A CCJ também acolheu em caráter terminativo projeto (PLS 191/04) da senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) que pretende dirimir dúvidas quanto à investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento, fixando a competência para o juízo da vara de família. A senadora alega que, segundo estabelece o Código Civil, a questão está relacionada ao Direito de Família, sendo necessária a adequação.

## Pena severa para loteamento sem autorização do órgão competente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a elevação das penas para quem realizar loteamento urbano sem autorização do órgão público competente, em desacordo com a legislação ou com o ato de licença. O projeto, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que altera a legislação sobre parcelamento do solo urbano, foi relatado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é o presidente do colegiado.

Pela proposta, a pena de reclusão para quem realizar loteamento irregular ou veicular proposta com afirmação falsa sobre loteamento, que hoje varia de um a quatro anos, passará a ser de dois a oito anos. Se o crime for qualificado, a punição aumentará para o mínimo de quatro e o máximo de dez anos de reclusão.

O projeto (PLS 264/03) também agrava a pena do crime de registro relacionado a loteamento ou de desmembramento não aprovado pelos órgãos competentes.

Moreira Moritz



**DISCIPLINA** Proposta de Paulo Octávio altera a legislação sobre parcelamento do solo urbano

Emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP), aprovada pela CCJ, manteve as penas atuais de reclusão, sem multa, se o desmembramento não resultar na aferição de vantagens pecuniárias por locação ou alienação do imóvel para aquele que efetuar loteamento em condições irregulares.

### Questão social

Mercadante argumentou ser necessário manter a legislação atual para os que praticam o crime de loteamento irregular

sem motivação econômica.

– Temos dois problemas decorrentes do parcelamento desordenado. Há claramente um movimento de indivíduos que tentam se beneficiar da desordem do parcelamento urbano para ter ganhos econômicos. O projeto está muito bem feito no sentido de elevar as penalidades e multas para esses casos. Mas existe outro público, que é objeto da pobreza, e que muitas vezes incorre no parcelamento pela precariedade das condições de vida. Para esse público, temos que manter a legislação atual. Em Brasília, cidade do autor do projeto, talvez prevaleça fundamentalmente o interesse econômico, mas no interior do Brasil, muitas vezes, é a questão social que predomina – argumentou Mercadante.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) disse concordar com a necessidade de uma visão social do problema, mas defendeu punição rigorosa para os que fazem loteamento clandestino com finalidades econômicas.

## Impedimentos para conselhos

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou a inclusão de um novo dispositivo no ato que estabelece regras para análise dos indicados para o Conselho Nacional da Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público – instituídos pela reforma do Judiciário, promulgada em 8 de dezembro de 2004. O texto principal da norma foi aprovado na semana passada.

O novo dispositivo estabelece que as indicações dos nomes para os conselhos deverão ser acompanhadas também de declaração de que não se trata de membro do Congresso Nacional, do Legislativo dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, ou cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de membro desses poderes.

De acordo com o presidente da CCJ, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), muitos parlamentares consideram desnecessária a exigência, uma vez que já consta da Constituição. Ele ponderou, entretanto, que a medida representará uma consideração importante do Senado para com a opinião pública.

O relator, Demostenes Torres (PFL-GO), também afirmou que a vedação já está na Constituição, mas não se oporia à inclusão.

## CCJ declara leis inconstitucionais

Um total de 30 projetos de resolução destinados a suspender a execução de dispositivos legais e de leis declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foram acolhidos ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por unanimidade. Entre as normas que tiveram itens suspensos, estão leis estaduais sobre a obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em automóveis.

Além de obrigar o uso do cinto, a Lei 11.659/94, do estado de São Paulo, proíbe que crianças menores de dez anos viajem nos bancos dianteiros dos veículos. Já a lei gaúcha 10.521/95 obriga o uso do cinto pelos ocupantes de veículos automotores nas vias urbanas públicas do estado. Segundo o STF, a competência para legislar sobre trânsito é exclusiva da União.

Outra lei considerada inconstitucional foi a que concedeu anistia a dívidas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a cidadãos que cometeram determinados atos ilícitos. Segundo decisão do STF, essa inserção possui vício de inconstitucionalidade formal, por não ter obedecido ao processo legislativo previsto na Constituição.

Suspender a execução de leis declaradas inconstitucionais pelo STF é atribuição privativa do Senado.

# Comissão debate proteção à saúde do trabalhador

■ Proposta fixa em 20 quilos o peso máximo das mercadorias que um empregado pode carregar

Representantes de trabalhadores e técnicos do governo defenderam ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a inserção de dispositivo na legislação trabalhista, de forma a fixar em 20 quilos o peso máximo que um empregado poderá remover individualmente no transporte, embarque e descarga de mercadorias. Atualmente, o peso é de 60 quilos.

O colegiado realizou audiência pública destinada a instruir projeto (PLS 19/03) do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), em tramitação na CAS, que reduz o peso máximo para 20 quilos.

Crivella salientou que a lei que trata do tema é antiga – de 1946 – e precisa ser modernizada. O senador Francisco Pereira (PL-ES) pediu a urgente aprovação do projeto, e Reginaldo Duarte (PSDB-CE) observou que, se transformada em lei, a matéria será inócua na grande

maioria das regiões do país. Já Mão Santa (PMDB-PI) propõe diminuir o peso para 40 quilos. Para Paulo Paim (PT-RS), o projeto é de vital importância para a saúde do trabalhador.

Segundo a coordenadora de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho, Maria Helena Guthier, o projeto está de acordo com normas defendidas pelo setor. O mesmo pensamento tem a coordenadora do Departamento de Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Maria de Lourdes Moure. Também

participaram o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, José Calixto Ramos, e o presidente da Federação dos Portuários, Eduardo Guterra.

## PEC Paralela

A CAS decidiu ainda, a pedido de Paim, realizar audiência para debater a PEC Paralela, já aprovada pela Câmara.

Na reunião, presidida por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi aprovado requerimento de Augusto Botelho (PDT-RR) solicitando realização de simpósio sobre saúde e seguridade social, em maio.



**EFEITOS** Durante audiência pública na CAS, senadores questionaram implicações da mudança na lei trabalhista, proposta por Marcelo Crivella (E)

## Patrus defende recurso para o Bolsa-Família

O ministro do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, Patrus Ananias, compareceu ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para pedir apoio à aprovação de um empréstimo junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 572 milhões, destinado a aperfeiçoar o programa Bolsa-Família, com destaque para o controle de cadastro de beneficiários. O empréstimo deverá ser votado nos próximos dias.

Patrus Ananias aproveitou a oportunidade para informar que, com a incorporação de novas tecnologias ao programa, será possível promover maior integração entre prefeituras e governos estaduais, no sentido de combater possíveis fraudes no sistema. O ministro também disse que será feito um trabalho para melhorar o controle da frequência às escolas de crianças beneficiadas pelo Bolsa-Família.

O senador Marcelo Crivella



**AVANÇO** Observado por Valadares (D), presidente da CAS, o ministro Patrus Ananias afirma que assistência social é hoje uma política de governo

(PL-RJ) cobrou de Patrus Ananias maior empenho para que o ministério que dirige obtenha mais recursos. Para o senador, “de nada vai adiantar o governo do presidente Lula chegar ao final do mandato apresentando bons índices econômicos, caso milhões de pessoas continuem passando fome no país”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a política social colocada em prática pelo governo. De acordo com o senador, a desigualdade social “vem aumentando”. O ministro observou que a assistência social deixou de ser paternalista, transformando-se em política de governo.



**DEBATE** Ministro Tarso Genro (E) prestou esclarecimentos sobre o assunto em audiência pública realizada ontem na CE, presidida por Hélio Costa

## Tarso: diplomas cubanos não terão validação automática

O ministro da Educação, Tarso Genro, negou ontem a possibilidade de validação automática dos diplomas de Medicina expedidos em Cuba para estudantes brasileiros. Ele anunciou que o ministério estuda regras de aplicação universal para reconhecimento dos diplomas universitários de todos os brasileiros que se formaram em qualquer país do mundo.

– Não haverá tratamento especial para diplomas expedidos em Cuba. Seria um arbítrio singularizar um país, e isso não vamos fazer – garantiu.

Em audiência realizada na Comissão de Educação (CE), Tarso Genro explicou que será preciso promover uma comparação dos currículos entre as instituições de ensino es-

trangeiras e as brasileiras, bem como incluir provas escritas e orais aos formandos.

Para o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), seria um “privilégio inaceitável” promover a validação automática dos diplomas expedidos em Cuba.

O presidente da comissão, senador Hélio Costa (PMDB-MG), quis saber o motivo pelo qual há tantos estudantes brasileiros em Cuba, notadamente de Medicina. O ministro respondeu que Cuba oferece um número significativamente maior de vagas e bolsas para estudantes em suas universidades.

Tarso Genro aproveitou para anunciar o envio ao Congresso, dentro de dez dias, da proposta de emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional do Ensino Básico (Fundeb).

## Tião Viana saúda nova regra para transplante de fígado

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou ontem a decisão anunciada pelo Ministério da Saúde, por meio de sua Câmara Técnica do Fígado, segundo a qual pacientes em estado grave não precisarão aguardar na fila de espera para transplante.

– As hepatites crônicas afetam entre 2 milhões e 5 milhões de brasileiros. Muitos desses pacientes vão evoluir para a chamada cirrose hepática e precisarão de transplante. Eu estudo esse assunto há mais de 15 anos e sei que o mais correto é a decisão que está sendo tomada, uma decisão corajosa, que vem convergir com o interesse da maioria dos médicos e pacientes – afirmou.

O senador informou que em São Paulo, estado responsável pela metade dos transplantes



**AVALIAÇÃO** Pacientes em estado grave terão prioridade na realização de transplantes, explica Tião Viana

de fígado do país, apenas 8% dos pacientes que aguardam na fila são operados por ano. Sessenta por cento das pessoas morrem antes de chegar a sua vez. Agora, esses pacientes serão submetidos a uma avaliação trimestral. Aqueles em que for diagnosticada maior gravidade terão prioridade nos transplantes.